S. R.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Fundo para as Relações Internacionais - I.P.

RUI CHANCERELLE DE MACHETE
Ministro de Estado
e dos Negócios Estrangeiros

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO

2013

ÍNDICE

1.NOTA INTRODUTÓRIA

2.AUTOAVALIAÇÃO

2.1. Análise dos resultados alcançados e dos desvios verificados – QUAR 2013
2.1.1.Objetivos operacionais de eficácia (OOA) 2013
2.1.2.Objetivo operacional de eficiência (OOÊ) 2013
2.1.3.Objetivos operacionais de qualidade (OOQ) 2013

3.PLANO DE ATIVIDADES E OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2013

4.ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS EM 2013 EM COMPARAÇÃO COM ANOS ANTERIORES E TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO

5.AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

6.ANÁLISE DA AFETAÇÃO DOS RECURSOS ATRIBUÍDOS AO FRI

7.BALANÇO SOCIAL

8. COMPARAÇÃO COM O DESEMPENHO DE SERVIÇOS IDÊNTICOS, NO PLANO NACIONAL E INTERNACIONAL, QUE POSSAM CONSTITUIR PADRÃO DE COMPARAÇÃO

9.AVALIAÇÃO FINAL

9.1. Plano de Ações de Melhoria

10. QUAR 2013 (Anexo)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

Em 2011 foi publicada a nova Lei Orgânica do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pelo Decreto-Lei n.º 121/2011, de 29 de dezembro. Em consonância com aquele diploma legal, a orgânica atual do Fundo para as Relações Internacionais, I.P. (FRI) e a regulação da atividade que desenvolve obedece ao Decreto-Lei n.º 10/2012, de 19 de janeiro, encontrando-se os seus estatutos publicados na Portaria n.º 49/2012, de 28 de fevereiro.

O FRI é um instituto público, integrado na administração indireta do Estado, que funciona sob a superintendência e tutela do Ministro dos Negócios Estrangeiros, dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

O FRI possui as seguintes atribuições:

a) Apoiar as ações de modernização dos serviços do Ministério dos Negócios Estrangeiros;

b) Apoiar obras necessárias à manutenção e modernização do património do Ministério dos Negócios Estrangeiros;

c) Apoiar as medidas de inovação, designadamente as relativas ao reforço da utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação nos serviços da administração direta e indireta do Ministério dos Negócios Estrangeiros;

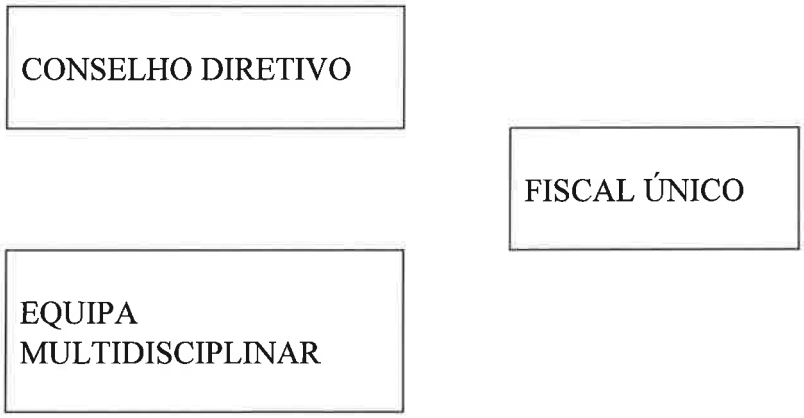
d) Comparticipar em ações de natureza social promovidas por entidades de natureza associativa, visando o apoio, direto ou indireto, aos agentes das relações internacionais;

e) Apoiar atividades de natureza social, cultural, económica e comercial, designadamente as destinadas às comunidades portuguesas, promovidas por entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras, no quadro das diversas vertentes da política externa portuguesa;

f) Satisfazer os encargos ocasionados por ações extraordinárias de política externa;

g) Apoiar ações de formação e conceder subsídios e bolsas a entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras, no âmbito da política definida em matéria de relações internacionais.

O FRI dispõe unicamente dos órgãos "Conselho Diretivo" e "Fiscal Único" como espelhado no organograma seguinte:



O Conselho Diretivo do FRI é composto por três membros, sendo presidido pelo Secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, por inerência do respetivo cargo, pelo Diretor-geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas e pelo Diretor do Departamento Geral de Administração, também por inerência dos respetivos cargos, conforme o disposto no art.º 5º do Decreto-Lei n.º 10/2012, de 19 de janeiro,

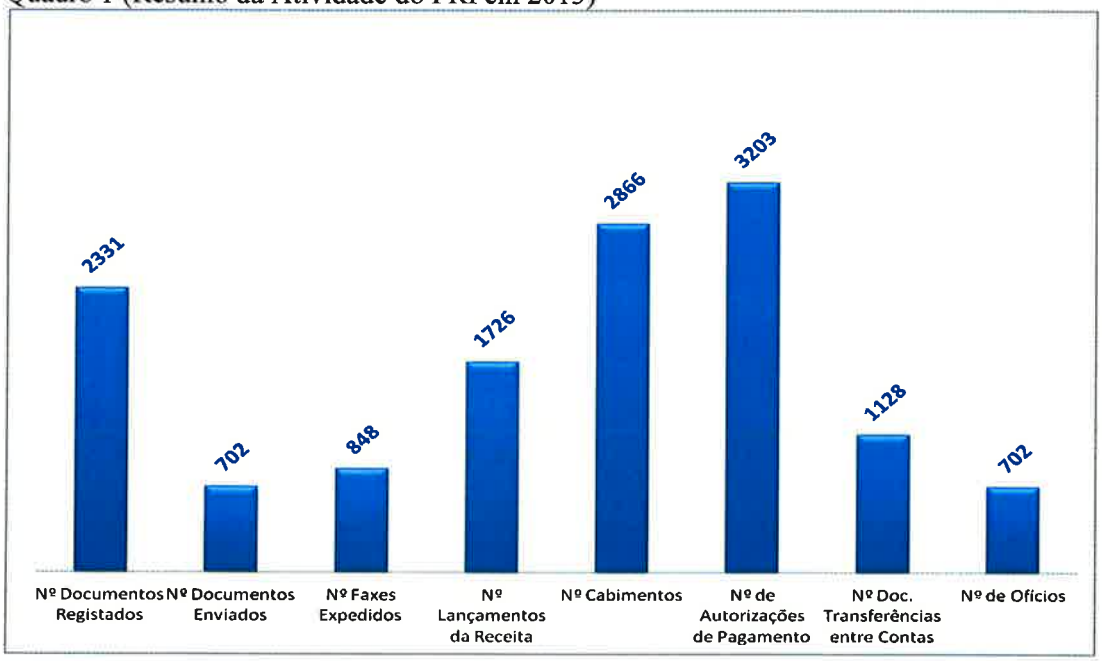
Os trabalhadores que prestam serviço no FRI são provenientes da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, nos termos do art.º 8º do Decreto-Lei n.º 10/2012, de 19 de janeiro.

Pela sua própria natureza, funções e atribuições, a atividade do FRI não sofre grandes oscilações de ano para ano. Assim, em 2013, este instituto público, de acordo com as atribuições orgânicas legalmente previstas, centrou a sua atividade essencialmente no financiamento de ações extraordinárias de política externa, em projetos de formação no âmbito da política de relações internacionais, em projetos

de modernização dos serviços do Ministério dos Negócios Estrangeiros, no apoio às medidas de inovação, designadamente as relativas ao reforço da utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação nos serviços da administração direta e indireta do MNE, em ações de natureza social de apoio a agentes das relações internacionais e em atividades de apoio às comunidades portuguesas radicadas no estrangeiro. Este quadro genérico traduziu-se em apoios concretos nas áreas da proteção social complementar, das missões de serviço público e das ações de natureza social, cultural e comercial no âmbito das comunidades portuguesas e da modernização dos serviços do MNE, na manutenção e modernização do património daquele Ministério e na informatização dos Postos Consulares.

A atividade do FRI em 2013 caracterizou-se, como em anos anteriores, por uma rotina que obedece a um ciclo semanal, marcado pelas reuniões do respetivo Conselho Diretivo, nas quais são aprovados os projetos e ações a financiar. Estes projetos são canalizados para o FRI através do Gabinete do Secretário-Geral, da DGACCP[1] e do DGA[2], tendo nalguns casos origem nos gabinetes dos membros do Governo integrados no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Numa segunda fase, os projetos são analisados e aprovados em sede de reunião do Conselho Diretivo e remetidos posteriormente aos serviços do FRI para efeitos de processamento, conferência e pagamento. Em 2013, o fluxo administrativo gerado pelo tratamento destes processos está ilustrado no quadro seguinte:

Quadro 1 (Resumo da Atividade do FRI em 2013)



[1] Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas
[2] Departamento Geral de Administração

2. AUTOAVALIAÇÃO

2.1. Análise dos resultados alcançados e dos desvios verificados – QUAR 2013

A Lei n.º 66 – B/2007 de 28 de dezembro prevê uma autoavaliação do FRI, nomeadamente quanto aos resultados alcançados e aos desvios verificados, de acordo com o Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) do Instituto para 2013.

A missão do FRI, tal como definida no QUAR para 2013, tem como metas apoiar a modernização dos serviços do património do MNE, as ações de natureza social e apoio a agentes das relações internacionais e atividades destinadas às comunidades portuguesas, ações especiais de política externa e projetos de formação no âmbito da política de relações internacionais.

Os objetivos estratégicos definidos no QUAR 2013 previam:

i) Contribuir para a melhoria e modernização dos serviços do MNE (OE1);

ii) Assegurar o financiamento da ação diplomática extraordinária, maximizando a racionalização dos recursos financeiros (OE2); e

iii) Apoiar atividades de natureza social, cultural, económica e comercial dirigida às comunidades portuguesas e associações (OE3).

De referir que o QUAR do FRI inicialmente aprovado pela tutela sofreu, em fase de monitorização, ligeiros ajustamentos relativamente ao orçamento inicialmente previsto, bem como no âmbito da previsão dos recursos humanos afetos ao serviço.

O FRI conseguiu alcançar todos os objetivos estabelecidos no QUAR 2013, tendo atingido dois dos objetivos propostos e superado os restantes cinco, conforme resulta do exposto abaixo.

2.1.1 Objetivos operacionais de eficácia (OOA) 2013

O1 : Gerir as receitas dos Postos Consulares

Este objetivo tem por base o prazo de registo da execução orçamental. Neste sentido, estabeleceu-se como meta a atingir o dia 9 do mês seguinte ao qual se reportam os dados contabilísticos a tratar. Ora, tendo sido alcançada aquela data, a taxa de realização fixou-se nos 100%. Assim, este objetivo foi cumprido graças ao envio atempado da informação de suporte, o que resultou do esforço conjunto da Direção de Serviços de Administração Financeira (SAF) e dos serviços periféricos externos do MNE, em estreita articulação com o núcleo de conferência e reconciliação bancária do FRI. Salienta-se que a boa coordenação entre as entidades atrás identificadas revelou-se um fator essencial para cumprimento da data limite de registo da informação.

O2 : Verificar a conformidade dos documentos de despesa enviados pelos postos consulares

No que concerne ao tempo médio de verificação da conformidade dos documentos de despesa, constatou-se que o objetivo foi superado. A taxa de realização do tempo médio de verificação da conformidade dos documentos de despesa (12,5 dias) fixou-se nos 125%. Por outro lado, o prazo de execução das reconciliações bancárias dos postos (a concretizar até dia 30 do mês seguinte) obteve uma taxa de realização de 100%. A superação do presente objetivo, com um desvio positivo de 25%, deveu-se sobretudo ao elevado empenho dos trabalhadores do FRI, devendo salientar-se também a boa colaboração dos postos consulares, quer no que respeita ao envio atempado da documentação necessária, quer no âmbito dos esclarecimentos que foram posteriormente prestados.

O3 : Assegurar a atualização dos bens do MNE

A inventariação dos bens afetos ao FRI foi concluída no dia 18 de abril de 2013, pelo que o presente objetivo foi superado. Note-se que a meta a atingir foi fixada até dia 20 de abril de 2013. Os ótimos resultados obtidos deveram-se à utilização plena dos recursos da nova aplicação informática de gestão de aprovisionamento, logística e património, por parte dos trabalhadores da equipa multidisciplinar direcionados para a concretização do objetivo ora em apreço.

2.1.2. Objetivo operacional de eficiência (OOÊ) 2013

O4: Processar o pagamento dos processos autorizados

Tendo por base o tempo médio de autorização das despesas após o registo de cabimento orçamental dos processos e o prazo médio de pagamentos (nacionais), com base na meta de atingir (5 dias para conclusão de cada procedimento), constata-se que este objetivo foi claramente superado, com uma concretização de 3,5 dias para o tempo médio de autorização das despesas, e de 4 dias como prazo médio dos pagamentos (nacionais), o que representa uma taxa de realização de 112,50% e de 100%, respectivamente. A superação do presente objetivo deveu-se, sobretudo, à coordenação e esforço do FRI na colaboração com os outros serviços do MNE (DGACCP; DGA; e serviços periféricos externos), nomeadamente no que se refere à área dos processos de despesa, cujo especial empenho viabilizou a superação desta ambiciosa meta.

O5: Implementar metodologias/procedimentos internos que assegurem o controlo da despesa

A taxa de execução das iniciativas previstas com impacto no controlo da despesa, cuja meta foi fixada em 30 dias, obteve uma taxa de realização de 107,50%. No âmbito da análise da concretização do presente objetivo, constata-se que o pagamento das faturas referentes a deslocações para o estrangeiro foi concretizado no prazo médio de 19 dias, o que representa uma redução significativa comparando com a meta inicialmente prevista. Neste sentido, cabe salientar que a superação do presente objetivo foi conseguida graças à implementação e adequação de um conjunto de procedimentos e metodologias para assegurar o alcance dos resultados estabelecidos e a observância das diretrizes previstas para o ano de 2013. Desta forma, a adoção de novas técnicas de "reporte" e controle interno das despesas vieram possibilitar que os Órgãos de Direção estejam sempre assessorados da forma mais conveniente, recebendo, em tempo útil, informações precisas e claras que permitem a tomada de decisões adequadas e assertivas no plano económico-financeiro. Assim, a eficácia na implementação das medidas atrás mencionadas traduziu-se numa maior eficiência do circuito do processamento, conferência e pagamento.

2.1.3. Objetivos operacionais de qualidade (OOQ) 2013

O6: Implementar uma metodologia de avaliação da satisfação dos utilizadores

A avaliação por amostragem da satisfação dos utilizadores do FRI revela um grau de satisfação na escala de 4,3, o que significa uma taxa de realização deste indicador de 107,50%.

Considera-se, assim, que o objetivo foi superado, o que se deve ao elevado nível de envolvimento, participação e acessibilidade dos funcionários do FRI, bem como do espírito de colaboração e sentido de missão de toda a equipa multidisciplinar, que se empenhou na melhoria global dos serviços prestados pelo Instituto.

Os questionários, com base no modelo CAF, foram enviados por nota interna a 3 destinatários, selecionados com base em critérios tais como frequência de recurso ao FRI, proximidade, importância, entre outros. A taxa de resposta foi de 100%.

A escala do questionário aplicada foi de 1 a 5, sendo:

1- Muito Insatisfeito;
2- Insatisfeito;
3- Pouco Satisfeito;
4- Satisfeito;
5- Muito Satisfeito.

O7: Assegurar um conjunto de políticas de gestão de pessoas, visando a qualificação, capacitação e satisfação dos colaboradores

Analisando a concretização do presente objetivo constata-se que a taxa de execução do plano de formação estabelecida para 2013 (80%) foi superada em 5,7%. Salienta-se que constituiu uma preocupação do serviço garantir que a maioria dos colaboradores obtivesse formação adequada às suas necessidades.

De destacar que o nível de satisfação dos colaboradores também superou a meta estabelecida (3,5), com uma realização de 3,9.

A escala dos questionários aplicada foi de 1 a 5, sendo:

1- Muito Insatisfeito;
2- Insatisfeito;

3- Pouco Satisfeito;
4- Satisfeito;
5- Muito Satisfeito.

Os questionários tiveram por base o modelo CAF e foram entregues pessoalmente a 6 dos funcionários afetos ao FRI (ainda ao serviço no Instituto em 2014). Todos os funcionários responderam, num prazo médio de 2 dias, tendo a taxa de resposta sido de 100%. Os resultados alcançados são fruto também do empenho e motivação do pessoal, aliados ao espírito de equipa consolidado ao longo do ano de 2013 no seio do FRI.

No âmbito da análise dos dois indicadores acima descritos, verifica-se que o presente objetivo foi superado.

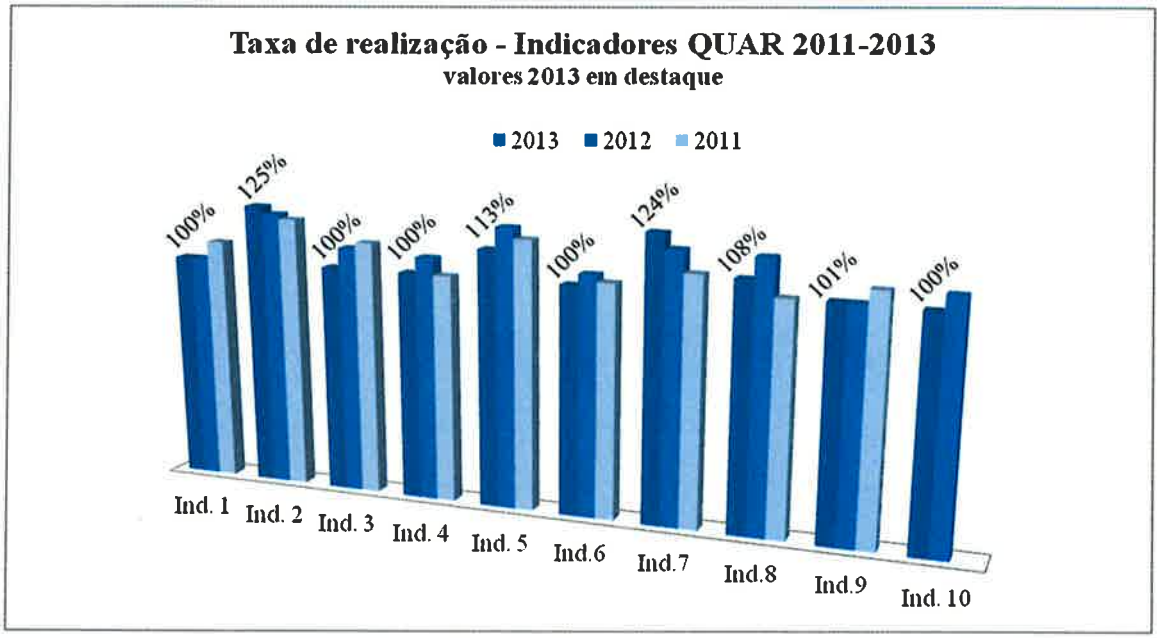
3. PLANO DE ATIVIDADES E OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2013

As atividades desenvolvidas em 2013, no Fundo para as Relações Internacionais, corresponderam satisfatoriamente ao previsto, não havendo qualquer inexecução ou não cumprimento a salientar, tendo sido o grau de execução de 100%.

4. ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS EM 2013 EM COMPARAÇÃO COM ANOS ANTERIORES E TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO

No âmbito da análise dos resultados obtidos em 2013,verifica-se uma evolução globalmente positiva do desempenho do Fundo para as Relações Internacionais, face aos anos anteriores, tendo todos os objetivos estabelecidos para o ano de 2013 sido atingidos ou cumpridos com superações. O quadro infra aposto traduz a evolução dos indicadores estabelecidos para o FRI desde 2011:

Quadro 3 (Evolução dos Indicadores)

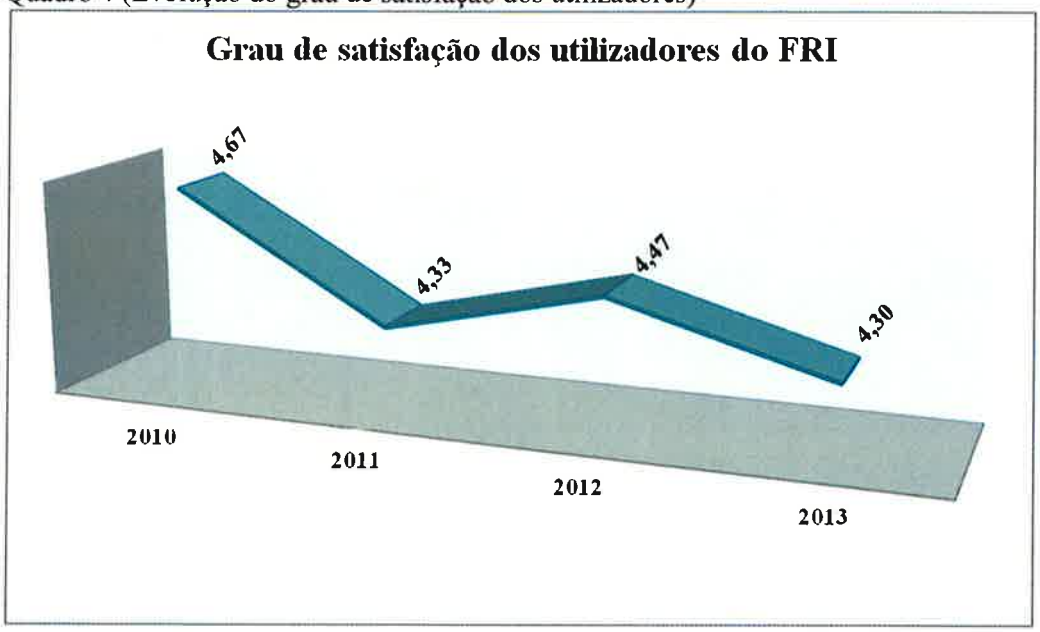


Legenda dos indicadores referidos no gráfico

1	Prazo de Registo da Execução Orçamental
2	Tempo médio de verificação da conformidade dos documentos de despesa
3	Prazo de execução das reconciliações bancárias dos Postos
4	Prazo de Inventariação dos bens
5	Tempo médio de autorização da despesa após cabimento do processo
6	Prazo médio de pagamentos nacionais
7	Redução do tempo médio de pagamento faturas (despesas com deslocações ao estrangeiro)
8	Nível de satisfação dos utilizadores
9	Taxa de Execução do Plano de formação aprovado
10	Nível de satisfação dos colaboradores

No âmbito da presente análise, destaca-se, em especial, o nível de satisfação dos utilizadores que atingiu o grau de 4,30, numa escala de 1 a 5 valores.

Quadro 4 (Evolução do grau de satisfação dos utilizadores)



5. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

Face às respostas apresentadas no Anexo A, pode concluir-se que o Sistema de Controlo Interno existente no FRI é amplamente satisfatório, devendo existir melhorias no alargamento da especificação técnica dos procedimentos internos.

De uma forma geral tem sido feito um esforço na redefinição e reorganização dos processos com vista à sua simplificação e desmaterialização.

6. ANÁLISE DA AFETAÇÃO DOS RECURSOS ATRIBUÍDOS AO FRI

No que diz respeito aos recursos humanos, verifica-se uma alteração do número de efetivos a exercer funções no FRI, isto é, de 6 em 2012, passou para 9 em 2013: uma chefia de equipa multidisciplinar, 2 técnicos superiores e 6 assistentes técnicos. O aumento do efetivo do FRI no ano de 2013 deveu-se ao facto de estar prevista a passagem de 3 trabalhadores à aposentação, o que veio a ocorrer já no início de 2014.

No âmbito dos recursos financeiros, de referir que, à semelhança do que aconteceu em 2012, os mesmos foram fortemente marcados pelas restrições orçamentais, emanadas pelo Ministério das Finanças para o ano orçamental de 2013, refletindo-se os condicionalismos legalmente previstos na execução da despesa do FRI.

7. BALANÇO SOCIAL

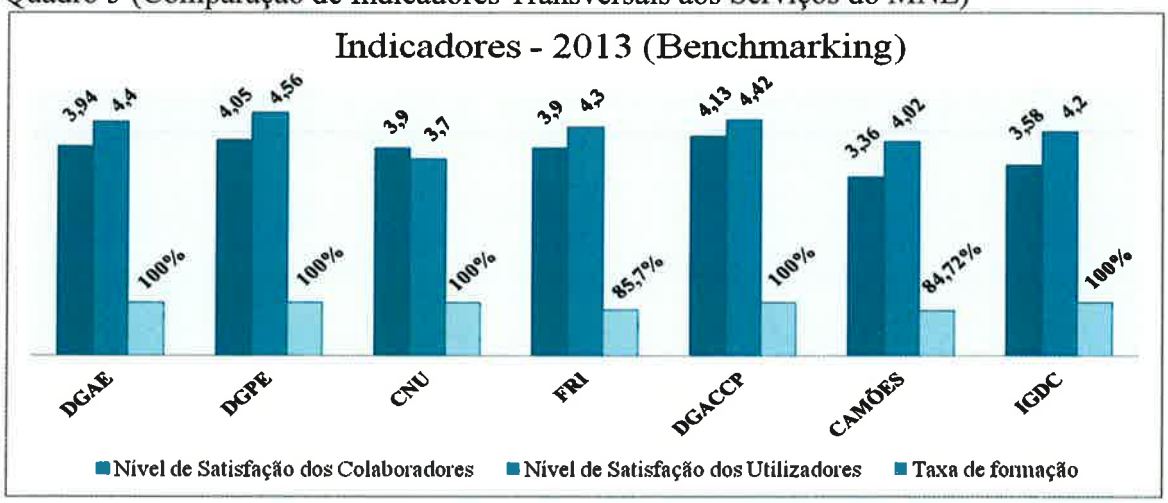
Não aplicável ao Fundo para as Relações Internacionais, uma vez que, como acima referido, os trabalhadores afetos a este instituto público são destacados da Secretaria-Geral, sendo que o Mapa de pessoal em 2013 foi constituído (a título transitório) por uma chefia de equipa multidisciplinar, dois técnicos superiores e seis assistentes técnicos.

8. COMPARAÇÃO COM O DESEMPENHO DE SERVIÇOS IDÊNTICOS, NO PLANO NACIONAL E INTERNACIONAL, QUE POSSAM CONSTITUIR PADRÃO DE COMPARAÇÃO

De notar que, dada a especificidade do FRI, não existirem padrões internacionais que permitam estabelecer índices de comparação neste âmbito.

Ao nível dos três indicadores transversais, definidos pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros – "Taxa de execução do plano de formação aprovado", "Nível médio de satisfação dos colaboradores" e "Nível médio de satisfação dos utilizadores" – os resultados obtidos por este serviço, afiguram-se comparativamente bastante bons, uma vez que foram superados os três indicadores. Os resultados de "Benchmarking" encontram-se registados no quadro seguinte:

Quadro 5 (Comparação de Indicadores Transversais aos Serviços do MNE)



9. AVALIAÇÃO FINAL

O desempenho do FRI no ano de 2013 revelou-se claramente positivo atendendo aos resultados obtidos.

Foram notórias as melhorias em matéria de procedimentos e celeridade das respostas às várias solicitações internas e externas, devido à flexibilidade e adaptação dos recursos humanos existentes, à cooperação e trabalho em equipa, bem como à exploração dos recursos da aplicação do Sistema Integrado para a Nova Gestão da Administração Pública – SINGAP, que vem sendo implementada desde 2012.

No que respeita a uma apreciação quantitativa, conclui-se que o FRI obtém uma **avaliação global de 4.040**, pelo que se propõe a menção de desempenho de: "**Desempenho BOM**".

9.1. PLANO DE AÇÕES DE MELHORIA

Com vista a um reforço positivo do desempenho do Fundo para as Relações Internacionais para 2014, estão a ser desenvolvidos esforços nas várias áreas centradas, na sua maioria, nos objetivos previstos para 2014, sendo de salientar:

i) Verificação da conformidade dos documentos de despesa enviados pelos postos consulares, reduzindo o tempo médio de verificação dos documentos;

ii) Uma gestão cuidada e mais rigorosa que permita assegurar a atualização dos bens afetos ao FRI;

iii) O desenvolvimento de práticas que permitam uma maior celeridade no processamento dos processos autorizados, visando reduzir o prazo médio de pagamento;

iv) Disponibilização em rede do Sistema Integrado para a Nova Gestão da Administração Pública – SINGAP, o que permitirá o acesso simultâneo por parte de todos os utilizadores às várias aplicações informáticas de gestão contabilística e patrimonial.

Lisboa, 09 de abril de 2014

O Conselho Diretivo

ANEXO A

Questões	Aplicado S	Aplicado N	Aplicado NA	Fundamentação
1 – Ambiente de controlo				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?	X			
1.2 É efectuada internamente uma verificação efectiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X			
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?			X	
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?	X			
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	X			
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direcção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X			
1.7 O serviço foi objecto de acções de auditoria e controlo externo?	X			
2 – Estrutura organizacional				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?			X	Avaliação bienal (2013-2014).
2.3 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma acção de formação?	X			85,7%
3 – Actividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço				
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	X			Manual de Procedimentos do FRI, I.P.
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?	X			
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?	X			
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?	X			
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X			
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas?	X			
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas é executado e monitorizado?	X			
4 – Fiabilidade dos sistemas de informação				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?	X			
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?	X			
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou activos do serviço?	X			
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de *backups*)?	X			
4.7 A segurança na troca de informações e software está garantida?	X			

Nota: as respostas devem ser dadas tendo por referência o ano em avaliação.
Legenda: S – Sim; N – Não; NA – Não aplicável.

QUAR: 2013

Ministério dos Negócios Estrangeiros

FUNDO PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS, I.P.

MISSÃO

Apoiar a modernização dos serviços e do património do MNE, as acções de natureza social de apoio a agentes das relações internacionais e actividades destinadas às comunidades portuguesas, acções especiais de política externa e projectos de formação no âmbito da política de relações internacionais

Objectivos Estratégicos

OE 1: Contribuir para a melhoria e modernização dos serviços do MNE

OE 2: Assegurar o financiamento da acção diplomática extraordinária, maximizando a racionalização dos recursos financeiros

OE 3: Apoiar actividades de natureza social, cultural, económica e comercial dirigida às comunidades portuguesas e associações

Objectivos Operacionais

EFICÁCIA 35,0%

O1. Gerir as receitas dos Postos Consulares (OE1) Ponderação: 40,0%

Indicadores	2010	2011	2012	Meta 2013	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind 1. Prazo de registo da execução orçamental	13	8	9	9 do mês seguinte	1 dia	6 dias	100,0%	9	100,00%	Atingiu	0,00%

O2. Verificar a conformidade dos documentos de despesa enviados pelos postos consulares (OE 2) Ponderação: 30,0%

Indicadores	2010	2011	2012	Meta 2013	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind 2. Tempo médio de verificação da conformidade dos documentos de despesa		12,1	11	12,5 dias	2,5 dias	7,5 dias	50,0%	7,5 dias	125,00%	Superou	25,00%
Ind 3. Prazo de execução das reconciliações bancárias dos Postos	n.d.	n.d.	n.d.	até dia 30 do mês seguinte	10 dias	até dia 15 do mês seguinte	50,0%	24 dias	100,00%	Atingiu	0,00%

O3. Assegurar a actualização dos bens do MNE (OE 2) Ponderação: 30,0%

Indicadores	2010	2011	2012	Meta 2013	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind 4. Prazo de inventariação dos bens	19 de Abril	7 de Abril	10 de Abril	20 de Abril	5 dias	20 de Março	100,0%	18 de Abril	100,00%	Atingiu	0,00%

EFICIÊNCIA 35,0%

O4. Processar o pagamento dos Processos autorizados (OE 2 e 3) Ponderação: 70,0%

Indicadores	2010	2011	2012	Meta 2013	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind 5. Tempo médio de autorização da despesa após o cabimento do processo	4,25	4,11	3,88	5 dias	1 dia	3 dias	50,0%	3, 5 dias	112,50%	Superou	12,50%
Ind 6. Prazo médio de pagamento (nacionais)	4,25	4,89	4,75	5 dias	1 dia	3 dias	50,0%	4 dias	100,00%	Atingiu	0,00%

O5. Implementar metodologias/procedimentos internos que assegurem o controlo da despesa (OE 2) Ponderação: 30,0%

Indicadores	2010	2011	2012	Meta 2013	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind 7. Redução do tempo médio de pagamento das faturas referentes a deslocações para o estrangeiro	n.d.	n.d.	n.d.	30 dias	5 dias	19 dias	100,0%	19 dias	124,00%	Superou	24,00%

QUALIDADE 30,0%

O6. Avaliação da satisfação dos utilizadores Ponderação: 60,0%

Indicadores	2010	2011	2012	Meta 2013	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind 8. Nível de Satisfação dos Utilizadores	4,670	4,33	4,47	3,5	0,5	5	100,0%	4,3	107,50%	Superou	7,50%

O7. Assegurar um conjunto de políticas de gestão de pessoas, visando a qualificação, capacitação e satisfação dos colaboradores Ponderação: 40,0%

Indicadores	2010	2011	2012	Meta 2013	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind 9. Taxa de execução do plano de formação aprovado	85,71%	85,71%	100%	80%	5%	100%	50,0%	85,7%	100,82%	Superou	0,82%
Ind 10. Nível de Satisfação dos Colaboradores	4,020	4,27	4,27	3,5	0,5	5	50,0%	3,9	100,00%	Atingiu	0,00%

Os objectivos mais relevantes são: O1 e O4

Recursos Humanos - 2013	Pontuação	2013 Planeado		2013 Executado		Desvio
		Efetivos	Pontuação	Efetivos	Pontuação	
Dirigentes - Direcção superior	20					0
Dirigentes - Direcção intermédia e Chefes de equipa	16	1	16	1	16	0
Diplomata	12					0
Técnico Superior	12	2	24	2	24	0
Assistente Técnico	8	6	48	6	48	0
Assistente Operacional	5					0
Total		9	88	9	88	

Nº de Efectivos no Serviço	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013
Nº de efectivos a exercer funções no Serviço	6	6	7	9

QUAR: 2013

Ministério dos Negócios Estrangeiros

FUNDO PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS, I.P.

Recursos Financeiros (euros) - 2013	Orçamento	Realizado	Desvio
Orçamento Funcionamento	**23.730.000,00 €**		- 23.730.000,00 €
Aquisição de bens e serviços	5.843.400,00 €		- 5.843.400,00 €
Despesas com o Pessoal	1.887.444,00 €		- 1.887.444,00 €
Outras despesas correntes	7.462.146,00 €		- 7.462.146,00 €
Despesas capital	8.537.010,00 €		- 8.537.010,00 €
Outros			- €
Total	23.730.000,00 €	- €	- 23.730.000,00 €

Indicadores	Fonte de Verificação
Ind 1. Prazo de registo da execução orçamental	Relatório de Atividades
Ind 2. Tempo médio de verificação da conformidade dos documentos de despesa	Relatório de Atividades
Ind 3. Prazo de execução das reconciliações bancárias dos Postos	Relatório de Atividades
Ind 4. Prazo de Inventariação dos bens	Relatório de Atividades
Ind 5. Tempo médio de autorização da despesa após o cabimento do processo	Relatório de Atividades
Ind 6. Prazo médio de pagamento (nacionais)	Relatório de Atividades
Ind 7. Redução do tempo médio de pagamento das faturas referentes a deslocações para o estrangeiro	Relatório de Atividades
Ind 8. Nível de Satisfação dos Utilizadores	Relatório com o tratamento de dados do inquérito de satisfação dos utilizadores
Ind 9. Taxa de execução do plano de formação aprovado	Relatório de acompanhamento da execução do plano de formação aprovado
Ind 10. Nível de Satisfação dos Colaboradores	Relatório com o tratamento de dados do inquérito de satisfação dos colaboradores